

Narrativas juvenis em Grupos de Diálogo: nos conteúdos da experiência o significado da existência

Carmem Zeli de Vargas Gil
Nara Vieira Ramos
Nilda Stecanela
Nilton Bueno Fischer
Sueli Salva

Resumo:

Este trabalho apresenta reflexões sobre o conteúdo das narrativas produzidas por jovens em relação à temática “educação”, a partir da metodologia dos Grupos de Diálogo, desenvolvida na pesquisa nacional *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, realizada em 2005 e coordenada pelo IBASE, Instituto Polis, em parceria com várias instituições voltadas à pesquisa e à educação. A pesquisa proporcionou a construção de dados quantitativos e qualitativos, a respeito da situação da juventude brasileira e dos seus processos participativos, nas esferas públicas e políticas, tomando como ponto de partida o diálogo dos participantes em torno da educação, do trabalho e da cultura e lazer. Aqui retomamos uma percepção identificada na avaliação dos Grupos de Diálogo, a respeito da riqueza das narrativas produzidas pelos jovens nos Pequenos Grupos, envolvendo a problematização: “Pensando na vida que você leva como jovem brasileiro, o que pode melhorar na educação, trabalho e nas atividades de cultura e lazer?”. Os jovens produziram enunciados a partir de suas experiências, sobre as temáticas indicadas para o diálogo. Nosso objetivo é buscar nas narrativas dos jovens qual educação atenderia suas necessidades e quais os significados que atribuem a seus processos de escolarização, tendo a participação como pano de fundo.

Palavras-Chave: juventudes – grupos de diálogo – narrativas - participação - educação

1. A escuta da palavra dos jovens: nosso ponto de partida

A pesquisa nacional *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*, desenvolvida pelo IBASE, Instituto Polis em parceria com várias instituições voltadas à pesquisa e à educação, em oito regiões metropolitanas do país, proporcionou a construção de uma gama muito grande de dados, tanto quantitativos como qualitativos a respeito da situação da juventude em nosso país e dos seus processos participativos, nas esferas públicas e políticas.

Algumas reflexões e produções já foram feitas sobre a metodologia utilizada nos Grupos de Diálogo e sobre as formas, conteúdos e sentidos da participação juvenil, pelos pesquisadores das regiões metropolitanas onde a pesquisa se desenvolveu. Foram

produzidas análises verticais, com especificidades locais e, análises horizontais, transversalizando dados que transpõem as fronteiras regionais.

A partir do desafio para a escrita deste texto, nos perguntamos: o que seria importante abordar e que ainda não havia sido observado por nossa equipe, na Região Metropolitana de Porto Alegre? No planejamento do texto, retomamos uma conversa que fazíamos na avaliação e sistematização ao final de cada encontro, pois era visível a riqueza das narrativas produzidas pelos jovens nos pequenos grupos, em cada dia de diálogo. No entanto, muito disso, se diluía nos trânsitos entre o pequeno grupo e a plenária. Vários fatores poderiam estar envolvidos neste fenômeno, entre os quais elencamos: a necessidade da síntese, os limites de tempo para a sistematização e apresentação, necessidade de responder à pergunta proposta para o diálogo no pequeno grupo, o perfil do relator, o envolvimento do grupo na sistematização.

Percebíamos que, nos pequenos grupos o diálogo fluía com mais naturalidade, quando os jovens expressavam suas idéias, marcadamente a partir de suas vivências. O diálogo foi mais intenso quando denunciavam ausências e responsabilidades e anunciavam necessidades e interesses, aspectos pouco explorados nas primeiras análises dos dados. Havia vozes que precisavam se tornar públicas e uma riqueza de enunciados à espera de interpretação. Buscávamos alento para nossas preocupações na própria estruturação do Grupo de Diálogo, uma vez que parte desta riqueza que observávamos estava gravada e registrada pelos coordenadores e observadores do grupo.

Nossos registros indicam que no pequeno grupo os jovens tinham mais possibilidades de nomear a experiência, permitindo que o vivido se corporificasse através da palavra, considerando que a palavra em si carrega um mundo de significados. A escuta da palavra é a possibilidade concreta de uma aproximação que rompe a indiferença. Escutar o outro é uma forma de legitimar suas crenças, seus sonhos, suas dificuldades. É uma forma de dar corpo à voz que se expressa e com ela os sentidos que constroem sobre as suas vidas.

Stecanela e Salva (2006), a partir do pensamento de Barbier (1993) destacam que para escutar a palavra do outro é preciso considerar o lugar que cada sujeito ocupa em suas relações sociais e que é diferente daquelas construídas pelo pesquisador. Esse é um dos primeiros aspectos que possibilita um encontro dialógico, porém é necessário que essa postura venha acompanhada de gestos de escuta que se revelam com o corpo receptivo e aberto ao diferencial. Não é só o ouvido que deve estar atento, mas o conjunto de nossos sentidos, para que a palavra e o gesto do outro sejam respeitados e

acolhidos. É desse respeito e dessa escuta sensível que surge o diálogo. “A escuta sensível começa por não interpretar, por suspender qualquer juízo. Ela procura compreender por “empatia” [...]. Ela aceita deixar-se surpreender pelo Caos / abismo / sem-fundo [...] que sem cessar anima a vida.”(BARBIER, 1975, p. 210). A escuta requer o princípio da confiança entre aquele que escuta e aquele que é escutado. Rodriguez Victoriano, argumenta que uma das habilidades do investigador é aprender a esperar que a palavra tome forma, oferecer possibilidades para que a palavra possa ser expressa.

Entretanto, compreendemos que oportunizar a palavra simplesmente pode também significar estabelecer uma relação de poder se esta não for alimentada, possibilitando que o sujeito tenha um caminho e pistas para expressar o seu pensamento em relação à temática. Cabe retomar que o “dia de diálogo” cumpre muito bem esse papel, pois, em vários momentos os jovens foram estimulados a expressarem a palavra e também a escutarem o que outro tinha a dizer. Essa postura de escuta por parte do grupo de investigadores, sustentados pela metodologia dos “grupos de diálogo” revelou um aspecto importantíssimo: a necessidade que os jovens têm de serem escutados. Na narrativa de um jovem da Região Metropolitana de Porto Alegre esse aspecto é evidenciado:

“Nunca pensei que teríamos oportunidade de falar o que pensamos e sentimos. O governo tem que canalizar o que falamos e colocar em prática. A mensagem que eu queria deixar pra quem governa esse país, é que eles fizessem mais diálogos como esses, mas que eles tivessem presentes para ver o que a gente tá falando e não só, vocês mostrando, que é um trabalho bom. Prestem mais atenção nos jovens”.

A fala desse jovem é quase um apelo ao direito à palavra que de tão silenciada se torna destituída da possibilidade de dizer. É preciso reconhecer que não é apenas a abertura de canais de participação que garante a democratização do debate público. Velhos vícios de relacionamento com os jovens se fizeram presentes nos encontros, tais como a utilização de jovens partidários e outros envolvidos em programas / projetos governamentais como “massa de manobra” para garantir a defesa de propostas pré-definidas.

O ineditismo dessa metodologia tem uma totalidade intencional, através de sua estrutura, dinâmica e seqüência, a qual facilita o diálogo, com reflexões concatenadas que contribuem para a construção do posicionamento final frente aos caminhos participativos propostos em relação aos três temas apresentados.

Essas condições favoreceram o estabelecimento do diálogo que, num primeiro momento, pareceria impossível de ser realizado em apenas oito horas de trabalho. No

entanto, a estrutura da metodologia, com opinião inicial e final, permeada pelas outras reflexões do dia, forneceu indicadores reforçando a importância da necessidade de criação de espaços de escuta nos quais os jovens possam se colocar como atores sociais apontando alternativas para a definição e implementação de políticas públicas. Diante disso, podemos antecipar algumas conclusões indicando que a política pública poderia ser a própria criação das condições para a escuta, ou seja, na perspectiva de Heidegger, “o deixar ser”. Segundo o autor, a postura de abertura diante deste “não-saber”, que ele chama de “abertura ao mistério”, é o deixar-ser às coisas que oferecem a antevisão de um novo enraizamento “. Entendemos que há um “novo” que emerge, na cena política brasileira, via juventude, como sinalizador de iniciativas não prescritivas de parte de algumas instâncias do poder público.

Aliado a esse conjunto de elementos, talvez, mais do que a abertura de espaços para a expressão juvenil, o exercício é importante também porque coloca o adulto na prática da escuta do jovem, não apenas na dimensão da conscientização do valor da escuta do outro, mas porque a execução da metodologia exige uma vigilância constante, tarefa ainda mais desafiadora quando se tratam de facilitadores professores.

Um segundo aspecto que para nós adquire importância é aquele que legitima a palavra expressada. Esse ato de legitimação é que dá sentido a este texto, pois nos propusemos, justamente, a revisitar os dados produzidos nos pequenos grupos do turno da manhã, organizados em torno da problematização: “Pensando na vida que você leva como jovem brasileiro, o que pode melhorar na educação, trabalho e nas atividades de cultura e lazer?”, enfatizando aquilo que os jovens narraram com relação à escola e ao saber que nela constroem. Legitimar é reconhecer a palavra, um processo que inicia através do ato de dar voz ao jovem, continua através da escuta respeitosa e segue tornando-se pública a partir da nossa interpretação.

Numa análise superficial das narrativas produzidas, gravadas e transcritas, podemos ter a impressão de que os jovens não responderam à questão proposta, ou seja, não disseram, explicitamente, o que poderia melhorar na educação, trabalho e cultura / lazer. Cabe a nós, portanto, através do ato interpretativo compreender os enunciados expressos pelos jovens a partir da denúncia no sentido de compreender qual educação atenderia os anseios da juventude da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Os jovens produziram enunciados a partir do seu próprio contexto sócio-cultural, em torno das temáticas postas para o diálogo, ou seja, falaram a partir da experiência. É evidente uma ênfase no tom da denúncia e não nas possíveis alternativas que poderiam

ser implantadas e implementadas para melhorar a situação juvenil em nosso país. Considerando que nosso desafio como pesquisadores é, pois, justamente criar quadros analíticos para organizar os dados da pesquisa, descrevê-los e interpretá-los, nosso esforço neste texto é buscar nas narrativas dos jovens que tipo de educação atenderia suas necessidades e quais sentidos atribuem à escola. Queremos saber o que narram sobre a escola e, a partir das palavras pronunciadas, desejamos interpretar o significado dessas palavras, ou seja, os sentidos que atravessam cada enunciado.

A participação dos jovens nos processos de debate sobre decisões que afetarão o seu futuro não é muito comum no Brasil. A escuta dos jovens é uma prática que está longe de ser a regra. Porém, o momento vivido no país é importante, pois estão em andamento processos de elaboração de políticas de juventude que têm provocado organizações juvenis, instituições públicas e da sociedade civil a participarem do debate. É necessário ampliar a escuta dos jovens que não estão em coletivos, bem como aprofundar a discussão das diversas informações que estão sendo produzidas por comissões, pesquisas e estudos que buscam dar visibilidade à situação dos jovens brasileiros.

2. A situação da educação nacional: um quadro em expansão ainda com muitas lacunas

Durante a década de 90, houve uma crescente democratização da educação básica, mediante medidas de ampliação do acesso, de políticas de permanência e de correção de fluxo. Com essas medidas, uma parte significativa da população brasileira entre seis e quatorze anos, pôde ter acesso à escola. Embora tenha significado melhoras, a democratização do ensino não universalizou o acesso e não significou melhor qualidade na educação, ainda que se tenha empreendido esforços para isso. Em relação ao Ensino Médio, nível escolar onde deveriam estar os jovens, a situação se mostra ainda mais grave. Os dados revelam que ainda há muito por fazer para universalizar o acesso à educação no Brasil e garantir a permanência na escola e com sucesso.

O acesso ao ensino fundamental revela que estar na escola, embora seja um aspecto fundamental, não é suficiente para melhorar a educação no Brasil. Se pensarmos em termos de nível universitário, o Estado do Rio Grande do Sul é o que apresenta o maior índice. Diferente do que os dados do Inep^[3] apontam em termos de Brasil, onde

se verifica que um índice muito baixo de jovens consegue chegar a esse nível de ensino. Da população em geral, a cada 100 alunos matriculados no Ensino Fundamental apenas 11 chegam à educação superior.

Tratando especificamente dos dados obtidos na primeira fase dessa pesquisa constatamos que em 2004, 58,7% dos jovens de 15 a 24 anos da Região Metropolitana de Porto Alegre, estavam fora da escola. Estes, em sua maioria, eram os jovens das classes mais pobres. Isso demonstra que o direito universal à escolarização está longe de ser garantido, pois mais da metade dos jovens entrevistados está fora da escola, não usufruindo o direito à educação básica no tempo devido ou à continuidade dos estudos através do ensino superior. Esse dado justifica também os altos índices de defasagem idade / série, presentes nas estatísticas brasileiras. Nesse sentido, vemos ainda um percentual elevado da população escolar jovem em defasagem idade / série de no mínimo dois anos, reforçando a necessidade de implementação de políticas públicas de correção de fluxo e / ou de jovens e adultos, com o objetivo de garantir o acesso àqueles que não o tiveram na idade adequada.

Quanto ao grau de instrução, a pesquisa mostrou que 41,1% dos jovens possui o ensino médio incompleto, seguidos daqueles que possuem o ensino médio completo com um índice de 30,6% e um percentual muito elevado ainda de 28,2% de jovens que têm até o ensino fundamental completo. Os dados nos levam a pensar sobre uma provável tendência no aumento da oferta de vagas para o ensino médio que vem se consolidando no RS, através do processo de municipalização do ensino que remete ao Estado a responsabilidade de criação de mais vagas para esse nível, possibilitada pelos investimentos no ensino fundamental assumido, prioritariamente, pelos municípios. Embora esses dados sejam animadores, com a oferta ampliada do ensino médio, não podemos esquecer que a maior parte dos jovens entrevistados está fora da escola e / ou em defasagem idade / série.

A grande maioria desses jovens é estudante de escolas públicas, chegando ao índice de 89,9%, dos 1000 jovens entrevistados. Esse dado remete para uma reflexão sobre a diminuição do poder aquisitivo da classe média que provoca uma migração considerável de matrículas da escola privada para a escola pública. Além disso, um olhar especial ganha nossa atenção para a qualidade do ensino oferecida pela escola pública, que em geral, é a que menos condição estrutural tem para oferecer e cujos salários dos professores é mais baixo. Essa situação fica mais evidenciada se forem feitas comparações entre as escolas públicas e as privadas. Entretanto na RMPA há que

se levar em consideração também os contrastes existentes entre as escolas da rede pública municipal e as da rede estadual. Esta última tem um número bem maior de estabelecimentos e oferta de matrículas, entretanto, oferece um salário bem abaixo do que as das redes municipais.

Apesar dos esforços, esse quadro revela que há muito por fazer em relação à educação no Brasil quer seja em termos de país, estado ou município. A partir da voz dos jovens, queremos complementar as estatísticas e saber o que pensam sobre a educação formal e, a partir das suas percepções, compreender qual escola atenderia as especificidades daqueles que deveriam estar nela. Foi isso que essa pesquisa se propôs a fazer. Nos itens que seguem, as visibilidades das palavras pronunciadas com seus enunciados, carregados de significados.

3. Os sentidos da escola comunicados nos enunciados dos jovens

Os jovens foram convidados a falar sobre temáticas que lhe dizem respeito, ou seja: trabalho, cultura e lazer e educação, sendo esta última a tônica das reflexões deste texto. Os dados obtidos com a pesquisa quantitativa revelam que muitos jovens da Região Metropolitana de Porto Alegre estão afastados da escola. Agregando seus enunciados aos números, podemos interpretar que esse afastamento pode estar ocorrendo por diversos fatores que se entrelaçam, sendo o principal a necessidade de trabalhar e a impossibilidade de conciliar trabalho e estudo. Grande parte dos jovens dizia necessitar priorizar a subsistência, vinculando-se a um trabalho precário, pois não conseguem obter a formação necessária para conseguir, como eles mesmos dizem, “um bom emprego”. Não conseguem conciliar trabalho e estudo, não apenas pela falta de tempo, mas também pela impossibilidade de pagar o transporte para chegar até a escola. Um jovem da região metropolitana de Porto Alegre diz: “Ah!... problemas com o alto custo da passagem e dos livros escolares... isso... passagem cara, livros também... falta de estrutura... mais segurança e... dinâmica...”. É possível perceber que o trabalho e a educação estão interligados, pois segundo eles, ter uma educação de qualidade é uma possibilidade de encontrar um trabalho.

A educação está muito ligada ao trabalho. Se tu estuda pouco tu vai arrumar um emprego que ganha pouco, se tu estuda um pouco mais tu vai arrumar um emprego um pouco melhor e se tu tem faculdade aí tu também vai ter um emprego bom “. (Jovem RMPA)”.

Os jovens falam de muitos problemas que atingem a escola, eles reconhecem

que o ensino está deficiente, que os problemas são de origem pedagógica, de conteúdos, violência, descaso das autoridades.

“Tem professor que ta recebendo pra ensinar e não explicam, só mandam a gente lê. O professor não tem didática”. “Não dá ânimo de estudar, se tu aprende tu esquece”. “Mas a escola!!! A escola tem que motivar as crianças e ensinar coisas que eu vou utilizar”. “Tem muitas grades na escola”. “Falta professor os alunos vão embora”. (Jovens RMPA).

Obviamente estamos falando de uma maioria de jovens da classe popular que, provavelmente, são os mais afetados e aqueles que sofrem conseqüências mais graves em sua trajetória de vida, devido a uma educação ineficiente que acaba sendo apenas uma ilusão de construção de vida futura com mais dignidade. Percebemos que os jovens sinalizam as contradições em relação a essa promessa. Os mais afetados por essas contradições são certamente os jovens mais pobres, pois não dispõem das mesmas oportunidades que os jovens das classes mais favorecidas. Em suas trajetórias de vida, não conseguem aceder às profissões a que almejam, pois essas se perpetuam entre aqueles que possuem um maior capital cultural e compreendem melhor a dinâmica escolar, o que lhes possibilita estender sua escolarização progressivamente e ascender as profissões de maior êxito.

Em um dos grupos de diálogo percebemos que algumas narrativas sinalizavam para as fragilidades dessa possibilidade. Os jovens narraram que essa promessa nem sempre se realiza e que a educação escolar não é garantia de trânsito e acesso aos empregos melhores.

Meu marido tem muitos cursos, o pai dele trabalhava na prefeitura e pôde pagar muitos cursos pra ele, ele teve uma boa formação, mas agora ele trabalha no concreto, sabe desanima!!! As pessoas têm boa formação, mas não tem emprego.

Não percebem, entretanto, que esse não acesso está ligado a uma concepção de mundo, onde, muitos estão “precariamente incluídos”, um mundo competitivo, cujos postos de trabalho considerados melhores, mais valorizados, não podem estar disponíveis para todos. Algumas narrativas, entretanto, tomam esse fracasso como pessoal acreditando que um maior esforço lhes possibilitaria sim, ter maior sucesso no processo de escolarização. A educação pode ser eficiente contanto que o jovem faça esforço para tal.

“Que tipo de interesse os professores tem que ter? Se a gente que é aluno tem que se interessar e ir atrás do professor, porque tem muita gente que não pergunta pro professor, espera que o professor fale. Como é que o professor vai saber o que tá dentro da tua cabeça que é aluna?” “Nada a ver, professor não rodá aluno. Ele é que roda”. (Jovens da RMPA).

Os jovens também fizeram referência à falta de sentido encontrado nos conteúdos transmitidos pela escola, os quais, muitas vezes, referem-se a valores com

pouca relação com a cultura juvenil e distanciados da vida cotidiana. Eles sinalizam pistas para a mudança. Suas narrativas, mesmo em tom de denúncia, nos levam a refletir sobre os conhecimentos hoje priorizados pela escola e não é difícil perceber que boa parte do desencanto pode estar associado aos conteúdos descontextualizados que são ensinados na escola.

“Porque muitas vezes a gente vai prá escola e pensa assim: ah, porque eu vou estudar... produtos cartesianos ou porque eu vou estudar um conteúdo assim que a gente ache desnecessário, biologia, física, porque a gente, o que a gente vai utilizar, no que a gente vai utilizar na nossa vida aquilo que a gente está estudando? É só isso...” (Jovem RMPA).

A escola de modo geral força-os a incorporar valores e conhecimentos de uma cultura que não é a sua e, portanto, está destituída de sentido. Esse processo exerce uma ‘violência simbólica’ e impõe como legítimos outros sentidos sobre o mundo e sobre si, que não aquelas concebidas pelos sujeitos do contexto social em questão (CRIADO, 2004). Sem considerar o saber da experiência se torna mais difícil avançar na construção do conhecimento. Negar o saber da experiência significa importar os bens culturais de outra classe, isso faz com que os estudantes não consigam inserir-se e sentir-se parte do contexto. Esse processo pode ser chamado ‘distanciamento’ que ocorre em ambas as direções: a escola se distancia do contexto e os alunos, também se distanciam da escola por não se sentirem como parte dela.

O que os jovens apontam configura-se numa contradição, pois para eles a escola é uma instituição referência, porém deficitária. De acordo com Candau (2000) o discurso oficial coloca na educação a responsabilidade de integrar o sujeito na sociedade globalizada, uma vez que esta exige alto grau de competência, tanto sob o aspecto “cognitivo, científico e tecnológico como o desenvolvimento de integração grupal, iniciativa, criatividade e uma elevada auto-estima”.(p.11) E, mais do que isso, as esperanças de construção de um futuro digno, têm seus alicerces na educação.

Se esse discurso aparece na ordem do oficial ele também se expressa na fala do jovem em forma de denúncia da precariedade dessa escola, um pedido de socorro para que ela se reinvente, tornando-se o lugar da esperança e da possibilidade de construir um mundo melhor. Para construir uma escola capaz de superar esse abismo podemos começar pelo enfrentamento dessa dificuldade enquanto ela ainda é um lugar pleno de sentidos para os jovens.

A escola é o veículo criado com o objetivo de transmitir a cultura e reproduzi-la. Se analisarmos a escola, a partir desta perspectiva, podemos pensar que as dificuldades

encontradas pelos alunos das classes mais pobres são fruto da necessidade do funcionamento do próprio sistema: ou seja, para que os jovens estudantes absorvam as dinâmicas da instituição eles precisam permanecer nela mais tempo, até serem capazes de reproduzir o sistema social necessário para a manutenção das regras da dominação. Essas regras não são compreendidas pelos alunos e essa prolongação do tempo na escola e a não compreensão da dinâmica que ela exige para que os alunos incorporem o capital cultural de que necessitam, a fim de que sejam incluídas de forma menos precárias no sistema, pode ser compreendido por eles como “não aprendizagem” e absorvida como um fracasso pessoal (CRIADO, 2004).

Dessa forma entendem que é o aluno que deve fazer o esforço na tentativa de acompanhar e absorver a lógica escolar, ou para conseguir se apropriar do “capital cultural”, quando deveria ser a instituição escolar que deveria ser capaz de atender às demandas das classes precariamente incluídas. Ou seja, “vivenciam uma realidade que só agrava as inseguranças em relação ao presente e às incertezas quanto à vida futura, num contexto que tende a reproduzir a desigualdade social” (LEÃO, et al. 2006, p. 17).

Sob essa ótica, parece que instituição escolar está presente na sociedade para ser apenas uma mera reprodutora com a funcionalidade específica de manter e reproduzir as desigualdades, entretanto, um olhar não funcionalista para a instituição escolar nos possibilita compreendê-la dentro de um caráter histórico, ou seja, concebê-la como uma instituição “multi-integrada” (CRIADO, 2004, p.107), submetida a uma constante dinâmica que se modifica e modifica os sujeitos a partir das relações que se estabelecem nela. Quando a escola não cumpre com os objetivos a que ela se destina, ela se converte num campo de lutas, ou para que ela se modifique, ou para que ela permaneça como está.

No caso dos nossos jovens eles parecem manifestar que lutam nas duas direções. Por um lado desejando que a escola seja o veículo, o meio a que possam ter acesso a um lugar mais digno no mundo. O desejo que essa forma de ser da escola se perpetue se efetiva através das denúncias de fracasso da instituição desde o ponto de vista da pedagogia, da estrutura física, dos conteúdos. A dinamicidade reivindicada pelos jovens nos faz compreender que a escola não só não cumpre a sua promessa como exige muito dos jovens que lá permanecem.

Não é só isso, porque tu chega no colégio e não se sente estimulado de estar ali.”“A escola Estadual é muito largada, falta professor, segurança, os professores não vão dar aula. (Jovens RMPA).

Além disso, percebe-se que os mais atingidos e os que mais reivindicam a mudança desejam fazê-la para que a escola permaneça cumprindo com o objetivo a que ela foi criada. Por outro lado reivindicam uma escola diferente que, de algum modo, já está nascendo nas periferias urbanas das grandes cidades. Um exemplo dessa nova escola que surge pode ser verificado na pesquisa realizada por Carla Meinerz, que utilizando um conceito de Michel de Certeau revelou que nas escolas estudadas estão surgindo “redes de antidisciplina” modificando as relações construídas no interior da mesma e, portanto, modificando a própria escola.

As palavras narradas pelos jovens não conseguem expressar a radicalidade com que reivindicam e fazem a escola que desejam, mas suas palavras nos dão pistas de que buscam uma escola na qual tivesse lugar o prazer, o desejo, a criatividade.

A escola deveria ser um lugar melhor que não fosse um sacrifício estar lá “:“As aulas tinham que ser mais criativas...”

Se essa escola não nasce da vontade política, ela pode nascer do próprio movimento interno que se gera dentro dela, pode nascer a partir de um novo modo de ser jovem, que introduz novos comportamentos e constrói novas relações.

Essa seria a escola vinculada, primeiramente, ao saber por que “o saber se adquire sem esforço e às vezes sem consciência, está ligado à experiência, ao vivido ao contingente” (BLANCO, p. 161, 2006), diferentemente do conhecimento, pois este pode ser transmitido reproduzido, controlado. Porém “a experiência, que é a origem do saber, é irrepetível, não controlável pela vontade porque é temporal e está ligada ao concreto”. Destaca a autora que nenhuma dessas dimensões deve ser renunciada pela escola, pois uma representa a pergunta e outra a experiência.

Conjugar essas duas dinâmicas é uma tarefa bastante complexa e se expressa claramente nas narrativas dos jovens.

“Porque a gente não precisa só saber ler e escrever. A gente precisa de algo mais do que isso. Só saber ler e escrever não está adiantando muito hoje em dia. A gente precisa de algo mais...”.

O que seria esse algo mais que os jovens buscam? Parece ser justamente o saber da experiência, ligado à vida, que lhes possibilite, a partir do saber vivido, ter acesso ao conhecimento. De acordo com Freire (1997) a educação é uma prática que visa a construção da autonomia e liberdade, realizada através da transmissão de conhecimentos entrelaçados ao saber, dando-lhes significados a partir do vivido. Parece ser essa a prática que é reivindicada pelos jovens: “[...] E que a gente pensa assim que os conteúdos, as matérias têm que ser alguma coisa que a gente utilize no nosso dia-a-

dia” (Jovem RMPA).

Percebe-se que os jovens estão buscando o saber, aquele vinculado a experiência vivida, aquele que faz sentido para o seu mundo, que lhes possibilite fazer perguntas e responder sobre si mesmos. A escola radicada na mente, que exclui o corpo, que exclui o vivido não é a escola que responde as expectativas dos jovens. Esse tempo da vida dos jovens, o qual grande parte é ocupada pela escola, é também um tempo mais intenso de busca de si, tempo em que precisam responder sobre si mesmos, tempo que a consciência de estar no mundo começa a tomar forma de modo abundante, tempo em que buscam para si uma vida que vale à pena ser vivida (FABBRINI; MELUCCI, 2000). Esse é um tempo em que buscam conhecimento e saber. Tempo em que surgem muitas perguntas sobre o que sentem, sobre o que tem sentido para si. Talvez esse saber vivo se justifique mediante a ênfase na cultura. Tratavam obviamente de eventos culturais. Mas o que seriam esses eventos se não uma forma de estar no mundo? Porque eles não podem ter lugar na escola? Porque não se pode através deles aprofundar conhecimentos? “O colégio tinha que estudar mais coisas sobre cultura, porque a maior parte da cultura ninguém sabe” (Jovem, RMPA). Responder sobre a cultura é responder sobre si mesmo, conhecer a cultura é conhecer a si mesmo, e uma possibilidade de encontrar fios de sentidos de ser e estar no mundo.

Somos las y los enseñantes quienes debemos hacer la mediación entre la cultura, las tradiciones, y las chicas y los chicos para que lleguen a la experiencia de saber, incorporando a su vida aquellos conocimientos que les son necesarios y útiles. Eso es lo que define la dignidad y la importancia de la tarea de educar, de la labor de maestras y maestros: ser indispensables para que las y los estudiantes lleguen a ser verdaderamente humanos, ayudandoles a ser, a ir sendo, poniendo la cultura a su alcance (BLANCO, 2006, p.162).

Quando os jovens se referiam ao conhecimento transmitido nas escolas, revelavam que percebiam a diferença na forma de transmiti-lo entre as escolas públicas e privadas. Para eles a escola privada, além de fazer os alunos terem vontade de aprender, ensina para que os jovens possam ter o conhecimento que lhe possibilite chegar ao ensino universitário.

“Comecei cursinho, é totalmente diferente, o objetivo deles, além de fazer a gente passar na Ufrgs, é fazer a gente gostar da matéria...” “Alunos de escolas públicas sentem mais dificuldades para cursar uma faculdade pública; falta de professores; sem estudo ninguém consegue um emprego”.

Percebe-se que às vezes, o conhecimento, é mais valorizado, pois sabem que a partir dele podem ocupar um lugar legítimo na sociedade. Essas palavras podem ser entendidas como denúncia. Podemos perceber como a escola ratifica a exclusão dos

jovens pobres, aqueles que só tem acesso à escola pública. Para eles, a escola pública de ensino médio não é uma escola de qualidade, que lhes possibilita ter prazer de estar lá, aprender e ingressar no sistema público universitário. Entretanto, a instituição universitária pública é vista por eles como de qualidade, como o lugar que muitos desejam estar, não só porque não necessitam pagar, senão pelo lugar simbólico que esta instituição representa. Porém, os dados estatísticos revelam que um jovem oriundo de uma escola pública de ensino médio tem poucas chances de ter acesso ao ensino superior público. Essa passagem é um sonho, nada mais que um sonho distante.

“O meu sonho em educação é que o jovem consiga sair do ensino médio, prestar um vestibular na UFRGS e passar, ou seja, estar preparada...”. (Jovem RMPA).

Para mudar esse quadro o governo implementa políticas de acesso ao ensino público através de cotas, quando se sabe que um investimento no ensino médio que visasse a melhoria na educação, uma educação que fosse capaz de conjugar conhecimento e saber, teria mais efeitos.

Em relação à estrutura física da escola, creio que todos concordamos que o descaso interfere tanto na aprendizagem quanto na forma de sentir-se na escola. Um ambiente em degradação não pode proporcionar um clima de acolhimento e infelizmente não é este o retrato das escolas públicas frequentadas por muitos dos jovens presentes no “dia do diálogo”. A escola para eles deveria ter outro tratamento:

“Mais cuidados, tudo desleixado”.

“No colégio do meu irmão, às vezes, não tem professor, quando chove não tem aula...”.

“Na educação tem que ter educação... tem que ter estrutura, segurança, professores...”.

“Faltam recursos, livros e aulas mais dinâmicas, desde as séries iniciais”.

“Estrutura dos prédios, salas desestruturadas, falta merenda, livros não têm”.

Percebe-se nessa narrativa a consciência que o jovem tem em relação ao descaso do poder público no que se refere à instituição escolar. Negar uma educação de qualidade é também submetê-los ao que Bourdieu (1992) denomina de violência simbólica. Os enunciados dos jovens da RMPA denunciam o estado das escolas públicas, nas quais muitos deles estão estudando. Em geral elas são precárias em diversas áreas, tanto no que diz respeito à parte pedagógica, formação de professores e infra-estrutura.

“[...] o que falta pro jovem na sala de aula é uma cadeira decente, é um ventilador, é um quadro, é isso que tá faltando as verbas ali, né, não sei a administração talvez das escolas, os banheiros também são horríveis, é um calor, as classes, eu fui estudar nem mesa não tinha, nem cadeira, eu tive que em outra sala pegá, é superlotação sabe?” (Jovens RMPA).

Os jovens também reivindicam uma mudança nas relações de poder, gostariam de ter mais autonomia e liberdade para agir. Essa liberdade solicitada pelos jovens pode estar vinculada ao exercício de autoridade do professor, pois, possibilitar que os jovens tenham liberdade para agir pode ser uma ameaça a essa autoridade.

“A escola não dá muito carta branca pra nós”.

“[...] Parece que a gente não tem condições de se auto-organizar”.

“Difícilmente a gente pode organizar alguma coisa, parece que a gente nunca tá certo, eles é que sempre tão...”.

A voz dos jovens reivindica estímulo ao desejo e criatividade por parte do professor. Para eles a falta de criatividade do professor não atrai a atenção do aluno e conseqüentemente este não tem prazer de aprender: “os professores são duros e rápidos, mas tem que usar a criatividade”.

A relação professor / aluno também interfere na aprendizagem. Parece que necessitam de alguém legitimado pela autoridade. De acordo com Freire (1987), o educador deve exercer sua autoridade e sua liberdade. Liberdade esta que deve ser vivida em sua totalidade com a autoridade em uma relação dialética, centrada em experiências estimuladoras de decisão e responsabilidade. A autoridade exercida pelo professor, que não significa autoritarismo, pode levar a construção de uma relação de respeito e afeto, ingredientes necessários à aprendizagem. “Pode ser na educação, a relação aluno – professor. Falo sobre o aluno que desrespeita o professor”. Levantam as questões do poder do professor, estando em suas mãos a possibilidade de aprovar e reprovar os alunos, o que nem todos concordam. “Tem professores que saem da faculdade com formação ruim e descarrega seus problemas nos alunos. Roda os alunos”.

Nesse ponto percebe-se que, embora tenham levantado como problema da educação o não comprometimento dos alunos, o que prevaleceu foi a constatação de que há uma crise na educação. Os jovens conseguem perceber que a escola necessita de atenção, ou como diz Candau (2000, p. 15), precisa ser “reinventada”. De acordo com a autora a escola que trabalha na perspectiva de que a cidadania é “uma prática social cotidiana” que tem como norte ampliar o horizonte reflexivo do aluno, articulando saberes locais e globais, fazendo com que possam conceber “um projeto diferente de sociedade e humanidade”, cria as possibilidades de construir uma escola que, talvez, atenda melhor às expectativas dos jovens. Desse modo a escola seria o lugar da pergunta, da experiência, da “busca, construção, diálogo e confronto, prazer, desafio, conquista de espaço, descoberta de diferentes possibilidades de expressão e linguagem, aventura, organização cidadã, afirmação da dimensão ética e política de todo o processo

educativo”. Um lugar para viver o presente, para vislumbrar a dignidade, para sonhar com o futuro dos próprios filhos, que por extensão diz respeito a seu próprio futuro. “Eu não penso na minha vida, penso na minha filha, esses colégios estaduais estão precisando melhora na educação, falta professor” (Jovem RMPA).

4. Considerações finais: a escuta da palavra (pronunciada e silenciada)

Finalizamos destacando que os jovens pesquisados querem o mundo possível mais próximo, priorizando a ação imediata, onde o campo dos direitos e das cobranças aparece como algo muito presente na pesquisa. Percebem que o conhecimento é fundamental para a vida, mas não conseguem inserir-se plenamente na instituição. Desejam que os conhecimentos estejam atrelados ao saber que significa entrelaçado às suas experiências vivas e concretas.

É necessário construir caminhos para que a escola, continue tendo sentido para os jovens, mas que o saber nela veiculado também tenha sentido. Escutar o que o jovem tem a dizer é o primeiro passo na construção desse processo, pois possibilita a participação. Nesse sentido, participar é sentir-se parte. Estas reflexões anunciam, portanto, a importância do reconhecimento das diferentes formas de expressão juvenil na sociedade contemporânea, considerando a participação e a cidadania como direitos básicos, ou seja, o exercício da cidadania desde uma perspectiva de direitos, quer seja através das ações, quer seja através da palavra que se torna pública. Não podemos negar que tornar visível a palavra é também uma forma de fazer política e, portanto, uma forma de participar. Uma participação que está relacionada com o mais próximo, mais palpável, mais visível em detrimento ao modelo clássico da representatividade política junto aos partidos, sindicatos e movimentos sociais. Essa participação situa-se como uma tendência no sentido de que a “agregação não é possível se não existe uma certa coincidência entre os objetivos coletivos e as necessidades afetivas, comunicativas e de solidariedade dos membros” (MELUCCI, 2001, p.98).

Com esse autor podemos ampliar a reflexão considerando que os jovens, são uma espécie de paradigma dos problemas mais cruciais da sociedade atual, definido na tensão entre expansão das oportunidades e a efetiva capacidade de ação. Há um crescimento dos estímulos e oportunidades para a ação individual, pois hoje podemos nos dirigir ao mundo inteiro em uma interação planetária. Nesse contexto a experiência

é cada vez menos um dado e cada vez mais uma realidade construída mediante a representações e relações. Cada um é chamado a escolher, fazendo com que a incerteza faça parte da ação.

Diante da ampliação das possibilidades, o que fazer? O que escolher? O imperativo da incerteza impõe a necessidade da escolha. Melucci chama de paradoxo da escolha: de um lado, a ampliação do espaço de autonomia individual que expressa na escolha. Mas, de outro, a impossibilidade de não escolher. Isso não significa dizer que “todos escolhem tudo sempre”. A ampliação de possibilidades acontece num contexto perverso, pois os jovens pobres, além de privados da materialidade do trabalho defrontam-se com a desigualdade no acesso aos recursos para sua auto-realização, desprovidos do direito à juventude.

As narrativas nos pequenos grupos trazem diferentes situações de jovens que não conseguem projetar o futuro, encurralados por uma escola que não qualifica, um mercado de trabalho que os exclui e uma sociedade que não escuta. Ao mesmo tempo, expõem o desejo de fazer parte, acreditando na possibilidade da mudança, acreditando que podem fazer algo para construir “o Brasil que queremos”.

No anúncio da palavra que, às vezes, não é dita, em outras, não é escutada, há a afirmação de uma palavra que não aceita mais ser separada das coisas cotidianas, num dizer centrado no ser mais do que no fazer. À palavra oficial dos governantes se contrapõe às experiências afetivas e emocionais dos jovens. Fica o desafio para que as políticas públicas de juventude recolorem o valor da experiência humana.

Nesta pesquisa, muitas palavras foram pronunciadas e tantas outras foram silenciadas, pois nem todos os jovens participavam verbalizando suas necessidades, angústias ou percepções sobre sua situação juvenil em relação à escola, ao trabalho e às atividades de cultura e lazer. “O silêncio também revela no que aparentemente encobre”, nos diz Pais (2006, p. 25). Segundo este autor, “a vida nem sempre se esconde por detrás de palavras ou de silêncios, ela também está nas palavras e nos silêncios”. Lemos e releemos a transcrição das gravações dos diálogos nos pequenos grupos. Lemos e releemos as observações que os bolsistas fizeram das corporeidades manifestas em cada uma das manhãs dos cinco grupos de diálogo. Procuramos em nossas anotações como coordenadores dos trabalhos de cada pequeno grupo de diálogo os indícios e os vestígios da escola sonhada, anunciada e denunciada pelos jovens. Fizemos o exercício da interpretação, não apenas na forma de apropriação do dito, mas também, naquilo que

Pais (ib idem) chama de “um mergulhar nos sentidos mais recônditos”, pois “interpretar é trazer o dito à proximidade do que fica por dizer; o analisado à proximidade do que fica por analisar; o respondido à proximidade do que fica por questionar”. Nos conteúdos das experiências narradas em cada momento do “dia de diálogo” tentamos escavar os significados da existência da escola e da educação na vida dos jovens entrevistados. Através desta pesquisa registramos que essa escola significada pelos jovens requer também um professor com outras características. A experiência da pesquisa a partir dessa metodologia dialógica permite que façamos aproximações entre o adulto pesquisador e o adulto professor. Para tanto nos apoiamos nos escritos do estudioso de juventude, Alberto Melucci (1994), para essa conexão, quando ele diz que “você pode assumir o ponto de vista de uma outra pessoa somente se você é consciente de sua própria condição no campo, no campo de relações sociais, discursos e linguagens” (p.158).

Nesse sentido, conforme já sinalizamos em texto anterior, percebemos que, para estes jovens participantes da pesquisa e a partir da metodologia de pesquisa utilizada, “a escola não pode ser mais pensada como mecanismo de seleção, orientação ou especialização”. A escola que os jovens desejam é uma “escola que incorpore a cultura própria da juventude, abrindo-se para a diversidade” (FISCHER, et. al, 2006, p. 8). Uma escola que procure entrelaçar conhecimento e saber, que acolha a experiência e a vida que emana dela, possibilitando a construção do sonho de uma vida digna e justa. Consideramos que essa escola demanda um profissional da educação disposto ao ato da escuta dos jovens, seus alunos, tendo como um dos requisitos, de sua formação e de sua prática, essa atitude de tomar consciência de sua situação no campo, no caso o campo das relações entre o mundo adulto e mundo jovem. Esta pesquisa procurou desenvolver esse caminho relacional e oferece suas contribuições para ampliar conhecimentos sobre as ‘juventudes’ e, ao mesmo tempo, afetando o mundo ‘adulto’.

5. Referências

BARBIER, René. **A Escuta Sensível em Educação. In. Cadernos Anped** Número 5; pag. 187 a 286,1993.

BLANCO, Nieves. **Saber Para Vivir. In. Educación, nombre comun femenino.** Barcelona: Octaedro, 2006.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo, Editora Perspectiva,

1992, p. 121.

CANDAU, Vera Maria (org). **Reinventar a Escola**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2000.

CRIADO, Henrique Martin. **De la reproducción al campo escolar**. In. **Pierre Bourdieu – las herramientas del sociólogo**. Madrid: Fundamentos editorial, 2004.

FABBRINI, Anna; MELUCCI, Alberto. **L'età dell'oro**. Adolescenti tra sogno ed esperienza. Milano: Feltrinelli, 2000.

FISCHER, Nilton Bueno; GIL, Carmem Zeli; RAMOS, Nara Vieira; SALVA, Sueli; STECANELA, Nilda. **Por Uma Política de Direitos na Educação**. In. Revista Democracia Viva, p. 6 a 11. Jan 2006/mar 2006. Rio de Janeiro: Ibase, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, Trabalho e Educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas**. In. Juventude e sociedade trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira; DAYRELL, Juarez Tarcísio; GOMES, Nilma Lino . **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas** - Belo Horizonte. In: IBASE; Instituto PÓLIS, International Development Research Centre/Canadá - CPRN, Canadian Policy Network/Canadá - CRN. (Org.). **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. 1 ed. Rio de Janeiro: IBASE, PÓLIS, 2006, v. 1, p. 1-106.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MEINERZ, Carla Beatriz. **Adolescentes no Pátio, Outra Maneira de Viver a Escola: um estudo sobre a sociabilidade a partir da inserção escolar na periferia urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese, curso de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

MELLO, Giomar Namó de. **O Ensino Médio em Números: Para Que Servem as estatísticas Educacionais?** In. Situação da Educação Básica no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 1999.

MELUCCI, Alberto. **Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento** – entrevista a Leonardo Avritzer e Timo Lyra. In. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, Cebrap, n. 40, p. 152-166, 1994.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do presente**. **Movimentos Sociais nas sociedades**

complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAIS, José Machado. **Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas.** Porto: Âmbra, 2006.

SALVA, Sueli; STECANELA, Nilda. **Diálogos Sobre Participação - O que dizem os Jovens da Região Metropolitana de Porto Alegre.** In. Revista Última Década. Dezembro, nº 25. Vinha del Mar: 2006, p.163-183.